AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGUÍSTICA
ISSN 1516-3441

10.18764/2525-3441v11n30.2026.12

A REPRESSÃO À LÍNGUA GALEGA COMO POLÍTICA DE INTERDIÇÃO DE LETRAMENTOS DURANTE O FRANQUISMO

THE REPRESSION OF THE GALICIAN LANGUAGE AS A POLICY OF LITERACY SUPPRESSION DURING FRANCOISM

LA REPRESIÓN DE LA LENGUA GALLEGA COMO POLÍTICA DE INTERDICCIÓN DE LAS LITERACIDADES DURANTE EL FRANQUISMO

Déborah Letícia Ferreira de Sousa
https://orcid.org/0000-0002-6247-6747

Fábio Marques de Souza
https://orcid.org/0000-0003-4538-3204

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a repressão à língua galega durante o franquismo como uma política de interdição de letramentos, considerando seus efeitos sobre as condições de produção, circulação e reconhecimento das práticas sociais de leitura e escrita. O estudo parte da compreensão do letramento como prática social historicamente situada e atravessada por relações de poder e ideologia, orientando-se pela pergunta de pesquisa sobre de que modo a repressão à língua galega durante o franquismo pode ser compreendida como uma política de interdição de letramentos? A investigação caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, e adota uma abordagem histórico-discursiva fundamentada na Teoria Dialógica da Linguagem do Círculo de Bakhtin, articulando textos acadêmicos, estudos históricos e dois registros empíricos centrais: um panfleto de propaganda linguística distribuído em A Coruña, em 1942, e um cartaz doutrinário do início da década de 1940. A análise evidencia que a imposição do castelhano como língua exclusiva da vida institucional não se limitou à padronização administrativa, assumindo a forma de estratégia de hierarquização simbólica que associou correção linguística a valores morais e políticos, relegou práticas letradas em galego para esferas de baixa legitimidade. Os resultados indicam que a interdição se efetivou sobretudo por meio da naturalização da norma, da moralização do uso linguístico e da indução à autocensura, reduzindo a necessidade de coerção direta. Conclui-se que a repressão ao galego funcionou como tecnologia de governo que regulou o acesso aos letramentos, produziu exclusões estruturais e reafirmou a centralidade da linguagem na organização das desigualdades socioculturais em contextos autoritários.

Palavras-chave: letramento; repressão linguística; franquismo; língua galega; poder e ideologia.

CC BY

Abstract: This article aims to analyze the repression of the Galician language during Francoism as a policy of literacy interdiction, considering its effects on the conditions of production, circulation, and recognition of social practices of reading and writing. The study is based on an understanding of literacy as a historically situated social practice shaped by relations of power and ideology, and is guided by the research question of how the repression of the Galician language during Francoism can be understood as a policy of literacy interdiction. The investigation is qualitative in nature, combining bibliographic and documentary research, and adopts a historical-discursive approach grounded in the Dialogic Theory of Language developed by the Bakhtin Circle. It brings together academic texts, historical studies, and two central empirical records: a linguistic propaganda leaflet distributed in A Coruña in 1942 and a doctrinal poster from the early 1940s. The analysis shows that the imposition of Castilian as the exclusive language of institutional life was not limited to administrative standardization, but took the form of a strategy of symbolic hierarchization that associated linguistic correctness with moral and political values and relegated Galician literacy practices to spheres of low legitimacy. The results indicate that this interdiction operated mainly through the naturalization of the norm, the moralization of language use, and the induction of self-censorship, thereby reducing the need for direct coercion. It is concluded that the repression of Galician functioned as a technology of government that regulated access to literacies, produced structural forms of exclusion, and reaffirmed the centrality of language in the organization of sociocultural inequalities in authoritarian contexts.

Keywords: literacy; linguistic repression; francoism; galician language; power and ideology.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la represión de la lengua gallega durante el franquismo como una política de interdicción de literacidades, considerando sus efectos sobre las condiciones de producción, circulación y reconocimiento de las prácticas sociales de lectura y escritura. El estudio parte de la comprensión de la literacidad como una práctica social históricamente situada y atravesada por relaciones de poder e ideología, y se orienta por la pregunta de investigación acerca de cómo la represión de la lengua gallega durante el franquismo puede ser comprendida como una política de interdicción de literacidades. La investigación se caracteriza como cualitativa, de naturaleza bibliográfica y documental, y adopta un enfoque histórico-discursivo fundamentado en la Teoría Dialógica del Lenguaje desarrollada por el Círculo de Bajtín, articulando textos académicos, estudios históricos y dos registros empíricos centrales: un folleto de propaganda lingüística distribuido en A Coruña en 1942 y un cartel doctrinario de inicios de la década de 1940. El análisis evidencia que la imposición del castellano como lengua exclusiva de la vida institucional no se limitó a la estandarización administrativa, sino que asumió la forma de una estrategia de jerarquización simbólica que asoció la corrección lingüística con valores morales y políticos y relegó las prácticas letradas en gallego a esferas de baja legitimidad. Los resultados indican que la interdicción se hizo efectiva principalmente mediante la naturalización de la norma, la moralización del uso lingüístico y la inducción a la autocensura, reduciendo así la necesidad de coerción directa. Se concluye que la represión del gallego funcionó como una tecnología de gobierno que reguló el acceso a las literacidades, produjo exclusiones estructurales y reafirmó la centralidad del lenguaje en la organización de las desigualdades socioculturales en contextos autoritarios.

Palabras clave: literacidad; represión lingüística; franquismo; lengua gallega; poder e ideología.

1 INTRODUÇÃO

Políticas linguísticas repressivas constituíram, ao longo do século XX, instrumentos centrais de controle social em regimes autoritários. Na Espanha, a Guerra Civil iniciada em 1936 resultou na derrota do governo republicano e na instauração de uma ditadura liderada por Francisco Franco (1892–1975), vigente até 1975. O franquismo estruturou-se a partir do nacional-catolicismo, articulando a centralização estatal, o alinhamento com a Igreja Católica e o apoio das Forças Armadas, e instituiu um projeto de homogeneização cultural orientado pela negação da pluralidade linguística.

A partir disso, a imposição do castelhano como língua exclusiva do Estado integrou esse projeto de unificação. Nesse contexto, o regime promoveu a repressão sistemática às línguas historicamente faladas no território espanhol, entre elas o galego, o basco e o catalão. No caso galego, a exclusão progressiva da língua da administração pública, do sistema educacional, das práticas religiosas e dos meios de comunicação restringiu sua circulação pública e comprometeu práticas linguísticas associadas à escrita, ao registro institucional e à produção cultural.

A posição periférica da Galícia intensificou os efeitos dessas políticas. Localizada no noroeste da Espanha e marcada por uma estrutura econômica predominantemente rural, a região concentrou, ao longo da história espanhola, índices elevados de analfabetismo e vulnerabilidade social. Esse arranjo histórico favoreceu a associação entre língua galega, atraso econômico e "falta de cultura", produzindo processos de estigmatização regional que reforçaram a desautorização de práticas linguísticas e letradas realizadas em galego.

Nesse processo, os efeitos da repressão linguística alcançaram não apenas a presença pública do galego, mas também os próprios sujeitos que o utilizavam e as formas de participação social mediadas pela língua. A associação do galego à ruralidade, ao atraso e à ausência de cultura contribuiu para a estigmatização de seus falantes e para a produção de sentimentos de inferiorização linguística, favorecendo mecanismos de vigilância, autocensura e retração do uso da língua em espaços socialmente prestigiados. À medida

que o castelhano se consolidava como língua legítima da escolarização, da administração, da produção cultural e da vida institucional, os falantes de galego eram colocados diante de condições desiguais de acesso, participação e reconhecimento nesses espaços. A repressão produzia, assim, efeitos sobre as práticas sociais cotidianas: não se tratava somente de restringir onde e quando uma língua poderia ser utilizada, mas de estabelecer hierarquias entre repertórios linguísticos e, por extensão, entre os sujeitos e as práticas culturais a eles vinculadas. Desse modo, a deslegitimação do galego contribuía para restringir as possibilidades de ler, escrever, produzir conhecimento e fazer circular sentidos socialmente reconhecidos nessa língua, aproximando a repressão linguística de um processo mais amplo de interdição de letramentos.

Considerados sob a perspectiva dos Estudos do Letramento, esses efeitos evidenciam que a repressão ao galego não se limitou à interdição de um código linguístico. A exclusão da língua dos espaços institucionais incidiu sobre formas socialmente situadas de uso da linguagem, restringindo práticas de leitura e escrita e afetando modos de produção de saber, circulação de sentidos e participação social. Nesse contexto, a repressão linguística atuou como mecanismo de regulação do acesso a letramentos socialmente legitimados, articulando língua, poder e reconhecimento institucional.

Nesse contexto, este artigo se orienta pela seguinte pergunta de pesquisa: de que modo a repressão à língua galega durante o franquismo pode ser compreendida como uma política de interdição de letramentos? Parte-se do entendimento de que políticas linguísticas autoritárias não se limitam a regular a comunicação, mas também organizam hierarquias simbólicas que delimitam quem pode produzir, registrar e legitimar sentidos por meio da escrita. O objetivo geral do artigo é analisar a repressão à língua galega durante o franquismo como uma política de interdição de letramentos, considerando seus efeitos sobre as condições de produção, circulação e reconhecimento das práticas sociais de leitura e escrita.

Sendo assim, esta investigação caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, e adota uma abordagem histórico-

discursiva fundamentada na Teoria Dialógica da Linguagem do Círculo de Bakhtin. Essa orientação possibilita compreender os documentos analisados como enunciados concretos e historicamente situados, nos quais se materializam posições axiológicas e ideológicas acerca das línguas, dos sujeitos e das práticas sociais. Em articulação com os Estudos do Letramento, tal perspectiva permite examinar como processos discursivos de valoração e hierarquização linguística participam da regulação das condições de produção, circulação e reconhecimento das práticas letradas.

O corpus empírico central é deliberadamente circunscrito e composto por dois registros históricos: um panfleto de propaganda linguística distribuído em A Coruña, em 1942, e um cartaz de propaganda doutrinária do franquismo, datado do início da década de 1940. A análise desses documentos é articulada a estudos históricos e textos acadêmicos dedicados às políticas linguísticas do franquismo e à repressão ao uso público do galego, mobilizados como fontes bibliográficas e historiográficas de contextualização e interlocução. A seleção dos dois registros fundamentou-se em critérios de relevância histórica e, sobretudo, de pertinência e produtividade analíticas para o problema investigado, uma vez que ambos materializam mecanismos discursivos de normatização linguística, construção de pertencimento nacional e deslegitimação da pluralidade linguística. Não se pretende, portanto, constituir uma amostra representativa ou exaustiva das diferentes formas assumidas pela repressão ao galego durante o franquismo, mas examinar, em materialidades discursivas específicas, mecanismos de hierarquização linguística e de interdição de práticas letradas. As conclusões decorrentes da análise devem, assim, ser compreendidas nos limites desse conjunto documental e de sua articulação com as fontes histórico-bibliográficas mobilizadas no estudo.

A relevância desse percurso analítico reside na possibilidade de ampliar a compreensão da repressão linguística para além de seu caráter estritamente normativo ou institucional, evidenciando-a como processo histórico e discursivo que incide sobre práticas sociais de produção, circulação e legitimação de sentidos. Ao analisar a repressão à língua galega durante o

franquismo como uma política de interdição de letramentos, pretende-se contribuir para as discussões acerca da marginalização histórica do galego e, no campo dos Estudos do Letramento, para a compreensão das relações entre língua, poder, ideologia e reconhecimento social.

No que se refere à estrutura, o artigo organiza-se em quatro seções, além desta introdução. Inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica que sustenta a investigação; em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos adotados; posteriormente, desenvolve-se a análise do corpus e a discussão dos resultados; por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste artigo insere-se no campo dos Estudos do Letramento, em particular nas abordagens socioculturais e críticas que compreendem o letramento como prática social historicamente situada e atravessada por relações de poder e ideologia.

Deste modo, delimitamos três focos, com base nos estudos do Letramento: 2.1 Letramento como prática social; 2.2 Letramento, poder e ideologia; e 2.3 Pluralidade linguística e regulação das práticas letradas.

2.1 Letramento como prática social

Inicialmente, a circulação do conceito de letramento nas ciências humanas ocorre sob sentidos distintos, definidos por referenciais teóricos e contextos de uso. Essa diversidade não se restringe ao plano terminológico, pois decorre de diferentes modos de compreender a relação entre escrita, sujeitos e vida social, o que exige explicitar o entendimento adotado quando o letramento é analisado em articulação com práticas sociais e processos históricos.

Nesse contexto, a distinção entre *letramento* e *alfabetização* constitui o primeiro passo para esse esclarecimento. Soares (2024) observa que classificações como “letrado” e “iletrado” atuam como marcadores simbólicos de hierarquização social e não correspondem ao campo conceitual do letramento. Enquanto a alfabetização se refere à aprendizagem do sistema de escrita, o letramento diz respeito aos usos sociais dessa escrita, situados em

contextos socioculturais específicos e regulados por valores e expectativas coletivas.

Nessa perspectiva, a noção de *literacy* redefine essa distinção ao situar a escrita no campo da participação social, e não da competência técnica. Segundo Soares (2024), *literate* caracteriza o domínio das habilidades de leitura e escrita, enquanto *literacy* designa a condição daquele que mobiliza essas habilidades em práticas socialmente reconhecidas. O letramento, assim, não se define pela posse de competências, mas pela inserção dos sujeitos em redes de interação que atribuem sentidos e funções à escrita.

Essa distinção entre aprendizagem e apropriação da escrita explicita por que o letramento não pode ser concebido como atributo individual. Para Soares (2024), aprender a ler e escrever não equivale a apropriar-se da escrita, pois a apropriação implica integrar esse saber às práticas cotidianas, às relações sociais e às experiências culturais. A escrita torna-se significativa quando passa a organizar ações, produzir vínculos e mediar formas de participação social.

Desse modo, a compreensão do letramento como prática social situada decorre do reconhecimento de que a escrita só adquire sentido em condições materiais e institucionais específicas. As práticas de letramento articulam valores, finalidades e pertencimentos, variam conforme os contextos de circulação e produzem efeitos diferenciados de reconhecimento e exclusão. A redução do letramento a capacidades abstratas desconsidera sua dimensão social e histórica.

2.2 Letramento, poder e ideologia

De partida, a concepção de letramento como prática social reorienta a análise da escrita como técnica para os processos históricos e políticos que regulam sua produção, circulação e reconhecimento. Nessa perspectiva, práticas letradas participam de disputas simbólicas que definem critérios de legitimidade do conhecimento e organizam formas de valorização e exclusão de sujeitos em contextos institucionais específicos.

Nesse panorama, a crítica ao modelo autônomo de letramento, formulada por Street (2014), volta-se contra abordagens que atribuem à alfabetização efeitos universais e previsíveis de desenvolvimento social e cognitivo. Esses discursos se estruturam por generalização, associando a ausência de escolarização a atraso ou déficit, e desconsideram a existência de práticas letradas funcionalmente organizadas em contextos não escolares.

Nesse aspecto, a definição do que conta como letramento legítimo constitui uma decisão política. Street (2014) explicita essa dimensão ao afirmar que "a decisão sobre qual alfabetização é apropriada para um determinado contexto e campanha é em si uma questão política" (Street, 2014, p. 30). A seleção de práticas promovidas por políticas públicas, campanhas educacionais e instituições não decorre, portanto, de critérios técnicos, mas de projetos sociais que consagram usos específicos da escrita e os convertem em referência normativa.

Nesse quadro, a noção de letramento dominante designa o conjunto de práticas institucionalizadas pelo Estado e pela escola que passam a operar como padrão de legitimidade. Esse letramento impõe-se por sua associação a valores de prestígio, racionalidade e ordem, assumindo a função de parâmetro de avaliação das práticas não hegemônicas e dos sujeitos que as mobilizam.

No campo dos Estudos do Letramento, a circulação do conceito de letramento, conforme analisa Kleiman (1995), reorientou o campo de análise das competências individuais para as condições sociais de uso da escrita. Estudos passaram a examinar como a escrita atua como tecnologia de comunicação vinculada a grupos com acesso diferenciado ao poder institucional, tornando visíveis seus efeitos na organização das relações sociais.

No âmbito escolar, o papel da escola como agência de letramento apresenta caráter ambivalente. Na medida em que concentra a legitimação da escrita, a instituição estabelece padrões restritos de correção e normalidade, convertendo diferenças de uso em critérios de hierarquização e produzindo deslegitimações frequentemente interpretadas como falhas dos sujeitos (Kleiman, 1995).

Como efeito desse processo, a homogeneização das práticas letradas, descrita por Street (2014), resulta da transformação da diversidade comunitária em um modelo escolar único. A marginalização resulta da comparação desigual que classifica as práticas como insuficientes quando não correspondem ao padrão institucionalizado.

A oposição binária entre "letrado" e "não letrado", criticada por Kleiman (1995), retoma classificações hierarquizantes que associam linguagem a graus de civilização ou progresso. Em contextos autoritários, esse mecanismo intensifica a estigmatização de línguas e práticas, legitimando sua exclusão dos espaços institucionais. A interdição de práticas letradas configura um processo ativo de desautorização simbólica e institucional. Seu efeito central consiste na restrição dos espaços de circulação e reconhecimento da escrita, atingindo os sujeitos e os sentidos socialmente atribuídos às práticas que mobilizam.

2.3 Pluralidade linguística e regulação das práticas letradas

Como ponto de partida, a pluralidade das práticas letradas constitui um traço estrutural das sociedades contemporâneas e um eixo analítico para a compreensão de políticas de homogeneização linguística. Kleiman e Sito (2016) indicam que, na última década, o conceito de letramento passou a ser redefinido a partir de duas dimensões: a diversidade de sistemas semióticos envolvidos na produção de sentidos e a diversidade linguístico-cultural dos sujeitos. A noção de multiletramentos resulta desse reposicionamento conceitual ao considerar textos constituídos por recursos verbais, sonoros, imagéticos, gestuais e gráficos, questionando a identificação exclusiva entre letramento e escrita alfabética.

A partir dessa redefinição, a incorporação dos multiletramentos ao campo dos Estudos de Letramento não se restringe à ampliação das formas textuais analisadas. A inclusão de múltiplos sistemas semióticos redefine os critérios de legitimidade da escrita e evidencia disputas em torno do que pode ser reconhecido como texto, autoria e produção de conhecimento em espaços institucionais regulados.

Do ponto de vista teórico, a vertente sociocultural e crítica dos Estudos de Letramento reorienta o foco da norma para os usos situados da escrita em grupos populares e socialmente marginalizados. Conforme analisam Kleiman e Sito (2016), a análise sociocultural dos letramentos evidencia os critérios institucionais que regulam o reconhecimento das práticas e os mecanismos de exclusão simbólica produzidos pela hierarquização de repertórios linguísticos e semióticos.

Quanto aos critérios de legitimação, a centralidade do reconhecimento institucional torna visível que práticas letradas não são avaliadas apenas por sua funcionalidade comunicativa. A legitimação depende de dispositivos normativos que definem quais repertórios podem circular publicamente, que permanecem restritos a contextos locais e quais são sistematicamente desqualificados.

Em contraposição a esse regime, a noção de letramentos vernáculos, locais e circunscritos descreve práticas organizadas fora das instituições hegemônicas e articuladas às dinâmicas cotidianas dos sujeitos (Kleiman e Sito, 2016). Essas práticas estruturam formas estáveis de leitura e escrita, ainda que não correspondam aos modelos escolarizados e administrativos de produção textual.

Nessa relação, a confrontação entre letramentos vernáculos e regimes normativos evidencia que os mecanismos de interdição se efetivam pela restrição da circulação pública. A existência dessas práticas não assegura reconhecimento institucional, pois padrões de língua e escrita redefinem seus usos como inadequados ou insuficientes frente ao modelo dominante.

Como efeito estruturante, a interdição de práticas letradas atua, nesse quadro, por rebaixamento simbólico e invisibilização social, e não por supressão imediata. O processo limita os espaços de circulação dos repertórios, condiciona o acesso a bens culturais e desqualifica os sujeitos que os mobilizam, reforçando desigualdades linguísticas e culturais sustentadas por políticas de padronização.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, e adota uma abordagem histórico-discursiva fundamentada na Teoria Dialógica da Linguagem desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin. A opção pela pesquisa qualitativa decorre da natureza do problema investigado e dos objetivos propostos, uma vez que o interesse da análise não reside na mensuração ou na quantificação de ocorrências no corpus, mas na compreensão dos sentidos produzidos historicamente acerca da língua galega e dos mecanismos discursivos por meio dos quais determinados usos linguísticos e práticas letradas foram legitimados, hierarquizados ou interditados durante o franquismo. Conforme Minayo (2014), a abordagem qualitativa volta-se para a compreensão de dimensões da realidade social que não podem ser reduzidas à operacionalização de variáveis, envolvendo o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Nessa perspectiva, a quantificação dos documentos que constituem o corpus cumpre apenas uma função de delimitação metodológica, não definindo a natureza da investigação, cuja orientação é eminentemente interpretativa. Interessa, portanto, compreender os documentos em sua dimensão social, histórica e discursiva, considerando as relações de sentido e as condições nas quais foram produzidos, postos em circulação e valorados.

No plano dos procedimentos técnicos, a investigação articula pesquisa bibliográfica e documental. A primeira possibilita reconstruir historicamente o fenômeno estudado e colocá-lo em diálogo com conhecimentos já produzidos acerca da repressão franquista à língua galega, da censura cultural e do controle do ensino e da circulação linguística em instâncias institucionais e midiáticas. Nesse sentido, conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador alcançar fenômenos historicamente e espacialmente dispersos, oferecendo condições para a constituição de um quadro interpretativo mais amplo do objeto investigado. A dimensão documental, por sua vez, decorre do exame de registros produzidos e colocados em circulação no contexto histórico estudado, tomados nesta investigação não como evidências transparentes de uma realidade previamente constituída, mas

como materialidades discursivas que participam da produção de sentidos acerca das línguas, dos sujeitos e das práticas sociais.

A abordagem histórico-discursiva que orienta a leitura desses documentos encontra fundamento na Teoria Dialógica da Linguagem do Círculo de Bakhtin. Nessa perspectiva, a linguagem não pode ser compreendida como sistema abstrato e apartado da vida social, uma vez que sua realização concreta ocorre por meio de enunciados produzidos em situações historicamente determinadas de interação discursiva (Bakhtin, 2016). Todo enunciado integra uma cadeia da comunicação discursiva, relacionando-se com enunciados anteriores e orientando-se para possíveis respostas, de maneira que sua compreensão não pode prescindir das relações sociais, históricas e ideológicas que constituem sua produção e circulação. Assim, analisar discursivamente um documento histórico implica considerá-lo como enunciado concreto, situado em determinado horizonte social e axiológico e constituído em relações dialógicas com outros discursos de seu tempo.

Essa compreensão articula-se à concepção de signo ideológico formulada por Volóchinov (2017), para quem os signos emergem no terreno interindividual e social e encontram-se atravessados pelas avaliações e disputas próprias da vida coletiva. Os sentidos, nessa perspectiva, não se encontram depositados nas formas linguísticas de maneira autônoma, mas constituem-se nas relações sociais em que os signos são mobilizados. Consequentemente, os documentos examinados neste estudo são compreendidos como materializações discursivas nas quais se inscrevem posições axiológicas acerca da língua, da identidade nacional e dos sujeitos que integram o espaço sociopolítico espanhol durante o franquismo. Tal perspectiva possibilita analisar a repressão linguística não apenas em sua dimensão normativa ou institucional, mas também nos modos pelos quais determinadas avaliações acerca do castelhano e do galego foram discursivamente produzidas, reiteradas e naturalizadas.

A adoção dessa perspectiva não corresponde à aplicação de um método fechado ou de um conjunto previamente estabelecido de categorias analíticas.

Conforme Brait (2006), os trabalhos do Círculo oferecem fundamentos para a constituição de uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise na qual os aspectos linguísticos, enunciativos, discursivos, históricos e sociais são considerados em sua articulação. Desse modo, a orientação dialógica assumida nesta pesquisa funciona como fundamento epistemológico e teórico-metodológico para a leitura do corpus, orientando o olhar para as relações entre materialidade discursiva, historicidade, valoração e ideologia. A denominação abordagem histórico-discursiva, portanto, é empregada neste estudo para caracterizar um movimento interpretativo que considera os documentos simultaneamente em sua concretude enunciativa e em sua constituição histórico-social, sem dissociar a materialidade linguística das relações ideológicas das quais participa.

A dimensão histórica da análise, nesse sentido, não corresponde à utilização do contexto como elemento meramente exterior destinado a explicar os documentos. Na perspectiva dialógica, enunciado e situação social mantêm uma relação constitutiva: os sentidos produzidos pela materialidade discursiva somente podem ser compreendidos em articulação com o horizonte histórico, social e ideológico em que ela se insere como parte da comunicação discursiva. Desse modo, o contexto franquista, o projeto de homogeneização nacional, o nacional-catolicismo e as políticas de repressão à pluralidade linguística são considerados não como simples pano de fundo da análise, mas como dimensões constitutivas das relações de sentido materializadas nos documentos examinados.

Quanto à constituição do corpus, foram selecionados deliberadamente dois registros históricos tomados como material empírico central: um panfleto de propaganda linguística distribuído em A Coruña, em 1942, no qual se prescreve o emprego do castelhano por meio de enunciados como *"Hable bien"* e *"Sea patriota – No sea bárbaro"*; e um cartaz doutrinário do início da década de 1940, estruturado em torno do enunciado *"Si eres español, habla español"*. A escolha desses documentos fundamentou-se em sua relevância histórica e, sobretudo, em sua produtividade para o problema investigado, uma vez que ambos materializam mecanismos discursivos de normatização

linguística, construção de pertencimento nacional e deslegitimação da pluralidade linguística. Textos acadêmicos e estudos históricos acerca das políticas linguísticas franquistas e da repressão ao uso público do galego constituem fontes bibliográficas e historiográficas de contextualização e interlocução, não sendo, portanto, equiparados aos dois documentos que compõem o corpus empírico central.

Trata-se, assim, de um corpus deliberadamente circunscrito, cuja constituição não pretende representar de maneira exaustiva as diferentes formas assumidas pela repressão linguística durante o franquismo nem autorizar generalizações sobre a totalidade das experiências dos falantes de galego no período. Os documentos foram selecionados por permitirem observar, em materialidades discursivas específicas, mecanismos de hierarquização linguística e interdição de práticas letradas relevantes para a questão que orienta o estudo. As conclusões decorrentes da análise devem, portanto, ser compreendidas nos limites desse conjunto documental, buscando-se, a partir dele e de sua articulação com as fontes histórico-bibliográficas, compreender determinados modos de funcionamento discursivo da repressão linguística.

No que se refere aos procedimentos de análise, realizou-se uma leitura interpretativa dos documentos orientada pela compreensão dialógica da linguagem e pelas categorias dos Estudos do Letramento mobilizadas na fundamentação teórica. Em um primeiro movimento, os documentos foram situados em suas condições históricas de produção e circulação, considerando-se sua inserção no projeto político e ideológico do franquismo. Em seguida, foram examinadas as escolhas lexicais, construções imperativas, formas de nomeação, oposições axiológicas e relações entre língua e pertencimento nacional materializadas nos enunciados. Procurou-se identificar, especialmente, como determinadas valorações atribuídas ao castelhano e ao galego constroem posições socialmente hierarquizadas para as línguas e seus falantes e como essas posições se relacionam à legitimação ou à interdição de determinadas práticas sociais de leitura e escrita.

A interpretação, nessa perspectiva, não busca recuperar um significado único, estável ou supostamente imanente aos documentos. Compreender um enunciado implica estabelecer relações de sentido entre sua materialidade discursiva, os outros discursos que constituem seu horizonte histórico e as questões formuladas pela investigação. Na perspectiva dialógica, a compreensão possui caráter ativo e responsivo: aquele que compreende não permanece exterior ao processo de produção de sentidos, mas assume diante do enunciado uma posição de resposta (Bakhtin, 2016). O pesquisador, portanto, também se insere na cadeia da comunicação discursiva ao interpretar os enunciados que constituem seu corpus, estabelecendo relações entre vozes, contextos e posições axiológicas e produzindo, a partir de seu lugar histórico e teórico, uma resposta aos sentidos que neles se constituem.

Compreender a interpretação como ato responsivo não significa, contudo, reduzi-la à subjetividade individual do analista nem admitir que qualquer leitura possa ser indistintamente atribuída ao corpus. A resposta interpretativa encontra seus limites e suas possibilidades na materialidade dos enunciados, nas condições históricas de sua produção e circulação, nas relações dialógicas que podem ser indiciadas nos documentos e no referencial teórico mobilizado pela investigação. O pesquisador não atribui livremente sentidos à materialidade analisada; antes, estabelece relações interpretativas fundamentadas nos indícios que ela oferece e nas relações histórico-discursivas que podem ser construídas a partir deles. Nesse sentido, interpretar constitui simultaneamente um movimento analítico e responsivo: ao inserir-se na cadeia discursiva da qual os documentos participam, o pesquisador indicia relações de sentido e aponta possíveis implicações dos discursos na constituição da vida social, sem pretender esgotá-los ou estabilizá-los em uma leitura definitiva.

No presente estudo, esse movimento interpretativo volta-se especialmente para os mecanismos pelos quais a correção linguística é associada a valores como patriotismo, disciplina e civilidade, enquanto usos linguísticos não alinhados ao padrão oficial são relacionados à inadequação, à inferioridade ou à ausência de pertencimento. Busca-se compreender de que

maneira essas valorações, ao hierarquizarem línguas e sujeitos, participam da constituição de condições desiguais de produção, circulação e reconhecimento das práticas sociais de leitura e escrita. A leitura histórico-discursiva permite, desse modo, colocar em diálogo a materialidade dos documentos, as condições históricas de sua produção e os Estudos do Letramento, examinando como processos discursivos de valoração e hierarquização linguística podem operar como mecanismos de interdição de letramentos.

A articulação entre a Teoria Dialógica da Linguagem e os Estudos do Letramento estabelece duas dimensões complementares da análise. A primeira oferece fundamentos para compreender os documentos como enunciados concretos, histórica e ideologicamente situados, bem como para examinar as relações dialógicas e axiológicas neles materializadas; a segunda permite interpretar as implicações dessas relações para a legitimação social das práticas de leitura e escrita. É nessa articulação que a repressão ao galego é investigada, neste estudo, como política de interdição de letramentos.

4 A REPRESSÃO À LÍNGUA GALEGA COMO POLÍTICA DE INTERDIÇÃO DE LETRAMENTOS

Do ponto de vista analítico, a repressão à língua galega durante o franquismo pode ser compreendida como política de interdição de letramentos quando analisada a partir do entendimento do letramento como prática social situada e atravessada por relações de poder e ideologia. A imposição do castelhano como língua exclusiva da vida institucional não se limitou à padronização administrativa, mas integrou um projeto ideológico de homogeneização cultural que instituiu hierarquias entre repertórios linguísticos e regulou os modos legítimos de produção, circulação e reconhecimento da escrita. Nesse contexto, a língua passou a atuar como tecnologia de governo, condicionando práticas letradas e as posições sociais associadas a elas.

A institucionalização do castelhano produziu uma associação sistemática entre norma linguística e valores morais e políticos. A língua oficial

foi culturalizada como expressão de *patriotismo*, *disciplina* e *civilidade*, enquanto o galego foi relegado a espaços marcados por estigmatização e restrição de circulação. Esse processo afetou de modo concreto a presença do galego na administração pública, no ensino, na imprensa e na produção cultural, limitando o acesso institucional a práticas letradas realizadas nessa língua e produzindo efeitos duradouros sobre sua legitimidade social.

O panfleto distribuído em A Coruña em 1942, reproduzido na Figura 1, materializa de forma condensada essa articulação entre língua, ideologia e controle social. O documento se organiza por meio de enunciados prescritivos que não apresentam justificativa argumentativa, mas impõem condutas linguísticas como dever moral. A ausência de explicação não se caracteriza como lacuna discursiva, mas como estratégia de naturalização da norma, convertendo a escolha da língua em obrigação ética e transferindo o debate do campo político para o campo da moralidade cotidiana.

Figura 1 - Panfleto distribuído em *A Coruña* em 1942[1].


HABLE BIEN

Sea Patriota - No sea bárbaro

Es de cumplido caballero, que Vd. hable nuestro idioma oficial o sea el castellano. Es ser patriota.

VIVA ESPAÑA Y LA DISCIPLINA Y NUESTRO IDIOMA CERVANTINO

¡¡ARRIBA ESPAÑA!!

Octavilla. Imprenta Sindical. A Coruña. 1942

Fonte: *Orgullo Galego*. Disponível em: https://www.facebook.com/orgullosergalego/photos/a.576941739133764/632729723554965/?id=576933352467936

No funcionamento do aparato censório, a lógica de controle linguístico integrou um sistema institucional de censura estruturado para operar sem deixar vestígios materiais. Montes (2010) observa que o controle franquista

[1] **Tradução (Figura 1):** "FALE BEM. Seja patriota – Não seja bárbaro. É dever de um verdadeiro cavalheiro que o senhor fale o nosso idioma oficial, isto é, o castelhano. Isso é ser patriota. VIVA A ESPANHA E A DISCIPLINA E O NOSSO IDIOMA CERVANTINO. VIVA A ESPANHA!!".

exigia a eliminação de marcas da intervenção censória, pois "a censura também implicava a obrigação de apagar suas pegadas nos textos que cortava ou eliminava", sendo "estritamente proibido deixar testemunho gráfico dos textos suprimidos, sejam capítulos ou fragmentos mais curtos" (Montes, 2010, p. 105). Desse modo, a invisibilidade do procedimento constituiu parte central de seu funcionamento.

A organização discursiva do panfleto estrutura-se por oposição binária entre posições subjetivas hierarquizadas. De um lado, figuram o "patriota", o "cavalheiro" e o "disciplinado", sujeitos definidos pela adesão à norma linguística; de outro, o "bárbaro", construído pela desqualificação simbólica da diferença. O enunciado *"Hable bien"* associa correção linguística a pertencimento político e moral, convertendo o uso da língua em critério de avaliação social e produzindo um efeito de interdição que recai sobre práticas letradas não alinhadas ao padrão oficial.

Esse mecanismo de identificação entre língua e identidade nacional é radicalizada na *Figura 2* com o enunciado *"Si eres español, habla español"*. O imperativo elimina qualquer possibilidade de pluralidade linguística ao estabelecer uma equivalência direta entre nacionalidade e uso da língua oficial. O enunciado não admite gradações nem contextos, assumindo a função de marcador absoluto de pertencimento e como mecanismo de exclusão simbólica daquelas cujas práticas linguísticas não correspondem ao modelo imposto.

Figura 2 - Cartaz colado durante a Guerra Civil em 1940[2].



Fonte: *El Nacional*. Disponível em: https://www.elnacional.cat/es/cultura/marc-pons-eres-espanol-habla-espanol_407617_102.html

Nesse ponto, a deslegitimação do galego, nesses materiais, não se reduz à sua exclusão institucional, manifestando-se também no plano simbólico por meio da associação da língua à irracionalidade e à transgressão moral. Em registro citado por Losada (1987) *apud* Montes (2010), o uso do galego em esferas formais era classificado como "disparate inconcebível" e "sacrilégio verbal vandálico", quando presente na correspondência, na burocracia, no jornalismo ou na literatura. Essas formulações produzem uma reconfiguração da repressão do plano político para o simbólico, transformando a imposição linguística em julgamento moral.

A partir dessa lógica, a operação ideológica do discurso franquista redefine a coerção linguística como questão de conduta individual. Ao declarar que "é dever de um verdadeiro cavalheiro", o enunciado constrói uma subjetividade normatizada, baseada na autocorreção e na vigilância constante da própria linguagem. O sujeito reconhecido como legítimo é aquele que internaliza a norma, regula seus usos linguísticos e aceita a língua oficial como parâmetro de civilidade e pertencimento social.

Como consequência, a função pedagógica dessas prescrições transforma a língua em instrumento de classificação simbólica. O uso do castelhano passa a indexar valores como patriotismo e autodisciplina, enquanto a linguagem se converte em critério de ordenação hierárquica dos

[2] **Tradução (Figura 2):** "Se você é espanhol, fale espanhol".

sujeitos. Nesse processo, práticas letradas em galego são desautorizadas nos espaços de reconhecimento institucional.

Com isso, a redução de "falar bem" ao uso do castelhano limita a diversidade linguístico-cultural constitutiva das práticas de letramento. Ao regular o código linguístico e os meios socialmente reconhecidos de produzir e difundir sentidos, o discurso franquista atua sobre repertórios semióticos, modos de circulação textual e formas de acesso a bens culturais, conforme apontam Kleiman e Sito (2016).

Nesse cenário, a interdição das práticas letradas não se reduz à eliminação imediata, configurando-se como deslocamento sistemático. A escrita em galego é confinada a espaços de legitimidade restrita, marcados por estigma e silêncio, enquanto a repressão atua como regra implícita de convivência social. A eficácia do dispositivo decorre da internalização da vigilância linguística, que reduz a necessidade de coerção direta e transfere à própria comunidade o policiamento dos repertórios linguísticos.

A exploração consciente de estigmas linguísticos intensificou esse processo. Conforme observa Losada (1999) *apud* Montes (2010),

> conscientes do complexo de inferioridade linguística do camponês galegofalante, os censores insistiam reiteradamente no caráter do galego como língua rural, como língua que impedia quem a utilizasse de acessar os níveis de representação e de cultura. Nesse sentido, a repressão, mais psicológica do que violentamente impositiva, foi de eficácia indiscutível[3] (Losada, 1999, p. 62-63, *apud* Montes, 2010, p. 107, tradução nossa).

Nessas condições, a repressão, descrita como "mais psicológica do que violentamente impositiva", apresentou-se de "eficácia indiscutível", operando como mecanismo de autocontrole e deslocamento das práticas letradas para circuitos de baixa legitimidade social.

Nesse mesmo horizonte, a articulação entre censura institucional, discurso moralizante e estigmatização linguística inscreveu-se no horizonte ideológico do nacional-catolicismo, estruturado desde os primeiros anos do

[3] *"Conscientes los censores del complejo de inferioridad lingüística del gallegohablante campesino, insistían una y otra vez en el carácter de lengua rural, de lengua que impedía a quien la usase el acceso a los niveles de representación y de cultura. En este sentido, la represión, más psicológica que violentamente immpositiva, fu de una eficacia indudable".*

regime pela exaltação do catolicismo tradicionalista e do anticomunismo (Torrealdai, 1999, p. 22, *apud* Montes, 2010, p. 106). A elevação do castelhano à condição de emblema da ordem nacional ocorreu de forma simultânea à exclusão progressiva do galego dos espaços legítimos de leitura, escrita e circulação cultural.

É a partir desse encadeamento que a repressão ao galego, analisada ao longo desta seção, operou como política sistemática de interdição de letramentos. O controle da língua reordenou as condições de produção, circulação e reconhecimento das práticas letradas, configurando-se como mecanismo de hierarquização simbólica e exclusão social, com efeitos que transcendem o domínio estritamente linguístico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repressão à língua galega durante o franquismo, analisada como política de interdição de letramentos, torna compreensível o controle linguístico como forma estruturante de organização social. A investigação demonstrou que a ação estatal sobre a língua afetou os modos de produção, circulação e legitimação da escrita, configurando-se como mecanismo de regulação das práticas sociais mediadas pelo letramento.

Nesse sentido, a análise dos registros históricos indica que a interdição não se restringiu à proibição explícita do uso do galego em espaços institucionais. O processo se efetivou por meio da produção de hierarquias simbólicas que redefiniram os critérios de legitimidade cultural, relegando determinadas práticas letradas para posições de marginalidade e restringindo seu acesso aos circuitos oficiais de reconhecimento.

Nesse contexto, a articulação entre censura institucional e moralização do uso linguístico configurou-se como eixo do funcionamento da repressão. A normatização da língua castelhana foi acompanhada da construção de valores associados à disciplina, à civilidade e ao patriotismo, convertendo a escolha linguística em marcador de pertencimento político e moral. Diante desse ordenamento, a linguagem excedeu a função de meio de comunicação e passou a assumir a função de instrumento de avaliação social.

A partir desse funcionamento, o papel da autocensura, produzido pela exploração sistemática de estigmas linguísticos, expõe a eficácia simbólica da política repressiva. Ao fomentar a internalização da vigilância, o regime reduziu a necessidade de coerção direta, transferindo aos próprios sujeitos e às comunidades a responsabilidade pelo policiamento dos repertórios linguísticos. Essa dinâmica consolidou o caráter duradouro da interdição, uma vez que seus efeitos se mantiveram mesmo na ausência de sanções explícitas.

Nesse plano, a leitura dos documentos analisados tornou possível compreender como a interdição se materializou discursivamente. Os registros constituem-se predominantemente por prescrições, e não pela argumentação, construindo posições subjetivas antagônicas e naturalizando a equivalência entre "falar bem" e falar castelhano. Esse funcionamento indica que a política linguística franquista atuou também como pedagogia social, orientada à produção de sujeitos domesticados e alinhados à norma oficial.

Sob essa perspectiva, a abordagem adotada neste estudo contribui para os Estudos do Letramento ao demonstrar empiricamente que a interdição de práticas letradas não se realiza exclusivamente pela restrição do acesso à escrita, antes pela regulação dos sentidos atribuídos às práticas e aos sujeitos que as mobilizam. O letramento define-se, assim, como campo de disputa política, no qual se definem formas legítimas de participação social.

A análise do caso do galego contribui para a compreensão das políticas linguísticas autoritárias ao mostrar que a homogeneização linguística se estrutura simultaneamente nos planos institucional e simbólico. A exclusão do galego dos espaços formais de leitura, escrita e circulação cultural produziu efeitos que não se esgotam no domínio linguístico, atingindo identidades, memórias e formas de pertencimento social.

Como desdobramento analítico, a noção de interdição de letramentos, mobilizada ao longo do artigo, mostrou potencial interpretativo para a leitura de contextos históricos marcados por assimetrias de poder. Ao viabilizar a análise dos mecanismos que regulam a visibilidade e o reconhecimento das

práticas letradas, essa categoria contribuiu para deslocar o foco da ausência de escrita para os processos de deslegitimação e hierarquização simbólica.

Nesse sentido, a relevância do estudo reside na aproximação entre registros históricos e categorias críticas do letramento, elucidando como o controle da língua funcionou como tecnologia de governo. Essa articulação consolida a necessidade de compreender o letramento não enquanto conjunto de habilidades neutras, e sim como prática social situada, atravessada por relações de poder e por projetos ideológicos.

Quanto às implicações do estudo, o percurso analítico desenvolvido não encerra a discussão sobre a repressão linguística no franquismo, tampouco esgota as possibilidades de leitura do conceito de interdição de letramentos. A investigação aponta para a necessidade de aprofundar análises que considerem outros gêneros discursivos, outros contextos regionais e outras formas de mediação semiótica, ampliando o alcance interpretativo do campo.

A reflexão proposta reafirma a pertinência dos Estudos do Letramento para a análise de processos históricos e sociais marcados pela exclusão linguística. Ao tornar manifesta a centralidade da linguagem na produção de hierarquias simbólicas, o estudo contribui para o debate crítico sobre as relações entre língua, poder e letramento, especialmente em contextos de autoritarismo e controle cultural.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRAIT, Beth. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. *Gragoatá*, Niterói, n. 20, p. 47-62, 1. sem. 2006.

EL NACIONAL. *Cartaz colado durante a Guerra Civil em 1940* [imagem]. El Nacional, s.d. Disponível em: https://www.elnacional.cat/es/cultura/marc-pons-eres-espanol-habla-espanol_407617_102.html. Acesso em: 8 jan. 2026.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p. ISBN 85-224-3169-8.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). *Os significados do letramento:* uma nova

perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61. ISBN 85-85725-05-2.

KLEIMAN, Angela B.; SITO, Luanda Rejane Soares. Multiletramentos, interdições e marginalidades. In: KLEIMAN, Angela B.; ASSIS, Juliana (Orgs.). *Significados e ressignificações do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016. p. 169-198. ISBN 978-85-7591-430-4.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTES, María Teresa Bermúdez. As poutas da censura franquista sobre a literatura galega. O caso da "nova narrativa". *Revista de Investigación en Educación*, n. 7, p. 104-112, 2010. Disponível em: https://revistas.uvigo.es/index.php/reined/article/view/1855. Acesso em: 8 jan. 2026.

ORGULLO GALEGO. *Panfleto distribuído em A Coruña em 1942* [imagem]. Facebook, s.d. Disponível em: https://www.facebook.com/orgullosergalego/photos/a.576941739133764/632729723554965/?id=576933352467936. Acesso em: 8 jan. 2026.

SOARES, Magda. *Letramento:* um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024. 128 p. ISBN 978-85-86583-16-2.

STREET, Brian V. *Letramentos sociais:* abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução de Marcos Bagno. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 240p. Título original: Social literacies: critical approaches to literacy in development, ethnography and education. ISBN 978-85-7934-078-9.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

Enviado em: 18 de março de 2026

Aprovado em: 02 de setembro de 2026